https://doi.org/10.20336/rbs.1245

Pensamento Social Brasileiro em perspectiva transnacional: Clóvis Moura, Walter Rodney e a crítica do capitalismo racial

Brazilian Social Thought in a transnational perspective: Clóvis Moura, Walter Rodney and the critique of racial capitalism

El pensamiento social brasileño en una perspectiva transnacional: Clóvis Moura, Walter Rodney y la crítica al capitalismo racial

Danilla Aguiar[*]

Nara Roberta Silva[**]

RESUMO

Este artigo analisa as contribuições do intelectual Clóvis Moura para o Pensamento Social Brasileiro, que, a partir da tradição marxista, se destaca por sua relevância para a compreensão da formação da sociedade brasileira do ponto de vista da categoria raça e da agência negra. O artigo considera a obra de Moura em uma perspectiva transnacional e da sua inserção no campo do internacionalismo negro e do pensamento anticolonial. Para isso, estabelece um diálogo comparativo com a obra de Walter Rodney, cuja análise do subdesenvolvimento africano também demonstra o papel central que nele tiveram a escravidão, o colonialismo e a exploração racial. A comparação evidencia convergências metodológicas e políticas entre os autores, sobretudo na compreensão de que racismo e capitalismo se desenvolveram de forma historicamente articulada, estruturando tanto a divisão internacional do trabalho quanto a estrutura social e política das sociedades periféricas. Tais releituras expõem continuidades e inflexões que permitem decifrar os dilemas contemporâneos e as recomposições do neoliberalismo no Brasil atual.

Palavras-chave: Clóvis Moura, Walter Rodney, raça, internacionalismo negro, capitalismo racial.

[*] Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.
Doutora em Ciências Sociais, Professora Adjunta no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB. jorissa.danilla@academico.ufpb.br

[**] Brooklyn Institute for Social Research, Nova York, NY, Estados Unidos.
Doutora em Sociologia, professora e pesquisadora no Brooklyn Institute for Social Research. nara@thebrooklyninstitute.com

ABSTRACT

This article examines Clovis Moura's contributions to Brazilian Social Thought. The Brazilian intellectual, who embraces the Marxist tradition, stands out for his relevance to understanding the formation of Brazilian society from the perspective of the category of race and of Black people's agency. The article analyses Moura's work from a transnational perspective, considering its place within Black internationalism and anticolonial thought. To this end, it develops a comparative analysis with the work of Walter Rodney, whose interpretation of history likewise emphasizes the central role of slavery, colonialism, and racial exploitation in African underdevelopment. The comparison reveals methodological and political convergences between the two authors, particularly in their shared understanding that racism and capitalism have developed in historically articulated ways, shaping both the international division of labor and the social and political structures of the periphery of the capitalist global system. These re-readings expose the continuities and inflections that enable the decoding of contemporary dilemmas and neoliberal recompositions in today's Brazil.

Keywords: Clóvis Moura, Walter Rodney, race, Black internationalism, racial capitalism.

RESUMEN

Este artículo analiza los aportes de Clóvis Moura al Pensamiento Social Brasileño. Apoyándose en la tradición marxista, el intelectual brasileño se destaca por su relevancia para la comprensión de la formación de la sociedad brasileña desde el punto de vista de la categoría de raza y de agencia negra. El artículo considera la obra de Moura desde una perspectiva transnacional y su inserción en el campo del internacionalismo negro y el pensamiento anticolonial. Para ello, establece un diálogo comparativo con la obra de Walter Rodney, cuyo análisis del subdesarrollo africano demuestra también el papel central que jugaron en él la esclavitud, el colonialismo y la explotación racial. La comparación resalta convergencias metodológicas y políticas entre los autores, especialmente en la comprensión de que el racismo y el capitalismo se desarrollaron de manera históricamente articulada, estructurando tanto la división internacional del trabajo como la estructura social y política de las sociedades periféricas. Tales reinterpretaciones exponen continuidades e inflexiones que nos permiten descifrar los dilemas contemporáneos y las recomposiciones del neoliberalismo en el Brasil actual.

Palabras clave: Clóvis Moura, Walter Rodney, raza, internacionalismo negro, capitalismo racial.

Introdução

O campo do Pensamento Social Brasileiro tem se consolidado como um espaço privilegiado de reflexão crítica acerca das interpretações sobre a formação social do país, suas tradições intelectuais e os dilemas que atravessam a contemporaneidade. Em um contexto marcado pelo recrudescimento de projetos conservadores, pela reconfiguração das desigualdades e pelas tensões em torno da democracia liberal, torna-se ainda mais urgente revisitar matrizes teóricas clássicas, não apenas para reafirmá-las, mas sobretudo para tensioná-las à luz de problemas historicamente persistentes e de novas agendas analíticas.

Nesse movimento, as tradições vinculadas ao Marxismo ocupam lugar central nas interpretações da sociedade brasileira, especialmente no que se refere à análise das relações entre Estado, economia e classes sociais. Autores como Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes foram fundamentais na elaboração de diagnósticos sobre a formação do capitalismo dependente e as particularidades da modernização no país. Contudo, embora tais formulações tenham incorporado, em diferentes graus, a problemática racial, é possível argumentar que, em muitos casos, esta foi tratada de modo subordinado à centralidade da categoria classe, o que limitou a apreensão das especificidades históricas do racismo na constituição da sociedade brasileira.

É nesse ponto que a obra de Clóvis Moura (1925–2003) se apresenta como uma ruptura significativa no interior da tradição marxista nacional. Ao analisar a escravização não como resquício pré-capitalista, mas como elemento constitutivo da dinâmica de acumulação e das formas de dominação no Brasil, Moura desloca o eixo interpretativo ao conferir centralidade à resistência negra e ao conflito social engendrado no sistema escravista. Em trabalhos como *Rebeliões da senzala* (1959/ 2014), *História do negro brasileiro* (1989/ 2023) e *Sociologia do negro brasileiro* (1988/ 2020), o autor enfatiza o protagonismo histórico da população negra e evidencia a articulação entre exploração econômica e opressão racial, propondo uma leitura na qual raça e classe se constituem de forma indissociável.

Apesar da densidade e originalidade de sua produção, a inserção de Moura no cânone do pensamento social brasileiro foi marcada por tensões e assimetrias. Ainda que intelectuais como Octavio Ianni tenham reconhecido a relevância de suas contribuições, especialmente no que concerne à análise

da escravidão e da formação social brasileira, sua obra permaneceu, por longo tempo, relativamente marginalizada nos circuitos acadêmicos mais institucionalizados. Diante disso, revisitar a obra de Clóvis Moura no contexto contemporâneo não constitui apenas um exercício de recuperação historiográfica, mas uma estratégia analítica fundamental para compreender as permanências e reconfigurações das desigualdades em uma sociedade ainda profundamente marcada por classificações raciais que permanecem se reconfigurando na sociedade de classes. Ao mesmo tempo, trata-se de contribuir para o esforço mais amplo de releitura crítica das tradições intelectuais, tal como proposto pelo presente dossiê.

Além disso, este artigo busca demonstrar que Moura foi um dos principais responsáveis por inserir o Brasil e o debate acerca das particularidades das relações entre racismo e capitalismo no país em uma perspectiva internacional, articulando-os ao que se convencionou chamar de internacionalismo negro ou internacionalismo anticolonial. Nesta linhagem intelectual, que articula organicamente colonialismo, racismo e capitalismo, encontramos aproximações significativas, por exemplo, entre Clóvis Moura e Walter Rodney, evidenciando as potencialidades de diálogo e integração entre suas formulações teóricas. Ambos rejeitam a ideia de que a escravidão foi um sistema "pré-capitalista". Moura argumenta que o trabalho escravizado fundou as bases do capitalismo brasileiro. Rodney demonstra que a exploração da África e o tráfico transatlântico foram as peças centrais para as revoluções industriais e a ascensão das economias europeias. Assim, argumentam que racismo e capitalismo atuam em profunda compatibilidade, no processo de divisão social do trabalho. Essa comparação permite entender o Capitalismo Racial como um fenômeno global com manifestações locais.

Clóvis Moura e Walter Rodney convergem em uma metodologia histórico-estrutural ao demonstrar que a racialização da força de trabalho e a expropriação de recursos e terras não são meros acidentes históricos, mas engrenagens centrais e imanentes ao desenvolvimento do capitalismo global e dependente. As elaborações desses autores não derivam apenas da abstração teórica, mas de uma profunda práxis política voltada para a transformação da realidade e do diálogo com a Teoria Marxista da Dependência latino-americana. Ao integrarem o que se define como Marxismo Negro Afrolatinocaribenho (Montañez Pico, 2024), Moura e Rodney tensionaram o marxismo clássico ao utilizarem o "corpo negro

que luta" como lente analítica, superando visões que focavam apenas na passividade e na desigualdade.

Dessa forma, a análise proposta neste artigo não se encerra na reconstrução histórica desses intérpretes e de suas obras, mas busca compreender como essa matriz teórica em comum, a tradição radical negra, opera enquanto ferramenta analítica essencial para a observação da sociedade brasileira contemporânea. Ao deslocar essas interpretações de seus contextos originais de produção, torna-se possível identificar as continuidades e inflexões que permitem decifrar os dilemas contemporâneos, como o avanço do conservadorismo, as crises das instituições e os padrões de exclusão social.

Clóvis Moura: uma releitura do marxismo no Brasil

A formação social brasileira, assim como de toda a América Latina e Caribe em geral, é tida como "particular" porque, embora inserida no capitalismo mundial desde a colonização, não seguiu os mesmos caminhos que os países ditos centrais, sejam da Europa Ocidental ou dos Estados Unidos. Essas regiões inseridas no chamado Sul Global são consideradas periféricas não por serem naturalmente atrasadas, mas porque foram historicamente estruturadas nessa posição pela colonização, pela exploração e pela lógica do capitalismo global. Parece-nos muito relevante destacar, a partir da perspectiva do trabalho, as ferramentas funcionais ao capitalismo para explorar, dominar e hierarquizar populações. E, na esteira dessa reflexão, o racismo tem um lugar central.

Para o marxismo, a base de qualquer formação econômico-social é o modo de produção que, por sua vez, "condiciona em geral o processo da vida social, política e intelectual"; assim o modo de produção ganha formas determinadas, concretas e históricas em cada sociedade (Marx, 2003, p. 47). A categoria formação econômico-social ou formação social diz respeito às diferentes relações de produção. Na América Latina, onde a economia capitalista atua, junto às formas de produção pré-capitalistas, com setores mais desenvolvidos, ela se expressa no desenvolvimento desigual e combinado e no racismo estrutural. Por exemplo, para análise das relações sociais de produção no Brasil, é preciso destacar o profundo

impacto da colonização, da escravização e suas consequências, a partir dos processos de exploração econômica, como a prática de latifúndio, monocultura, trabalho compulsório, ausência de uma burguesia autônoma, heterogeneidade estrutural e, claro, observar como estes eram baseados em relações hierarquizadas racialmente.

A vida republicana dos nossos países latino-americanos continua mantendo-nos em uma situação semelhante à da conquista, demonstrando que, nesta fase superior do capitalismo – a imperialista –, a exportação dos capitais torna-se um fenômeno predominante e que se realiza para além da partilha territorial, uma partilha econômica do mundo. Nesse ínterim, estas chagas sociais da colonização e escravização marcam decisivamente a especificidade do capitalismo latino-americano e da constituição da exploração sobre as bases racistas de não branquitude, que nos permite perceber a atuação do imperialismo junto às opressões diversas.

A formação econômico-social brasileira gerou uma periferia moderna e arcaica ao mesmo tempo, rica em recursos e desigual, produtiva e subordinada. Isso explica, em grande parte, os dilemas históricos do desenvolvimento brasileiro e da América Latina em geral. Dentre estes, a divisão racial do trabalho demonstra que, desde suas origens coloniais até o neoliberalismo atual, o capitalismo tem se apoiado em classificações racialistas.

Na esteira desta reflexão, Clóvis Moura é considerado um intelectual pioneiro ao demonstrar que o racismo não é apenas uma herança cultural ou moral, mas uma estrutura social profundamente ligada ao capitalismo e à luta de classes. Nascido em Amarante, no Piauí, Moura percorreu diferentes regiões do Nordeste antes de se radicar em São Paulo a partir da década de 1950. Viveu também em Natal, no Rio Grande do Norte, e na Bahia, tendo sido em Juazeiro, no interior baiano, durante os anos 1940, que iniciou a escrita de sua obra mais conhecida e pioneira. Posteriormente, estabeleceu-se em São Paulo, cidade onde desenvolveu grande parte de sua trajetória intelectual e política e onde veio a falecer. Desde a juventude, engajou-se no movimento estudantil, aproximando-se posteriormente do Partido Comunista e do movimento negro. Intelectual não vinculado à universidade, manteve ao longo de sua trajetória uma notável autonomia crítica e autenticidade intelectual. Seus esforços de interpretação da formação social brasileira contribuíram de maneira decisiva tanto para o marxismo quanto para o pensamento social brasileiro.

Moura conferiu centralidade às complexidades e às lacunas interpretativas presentes na compreensão da história do Brasil, especialmente no que se refere à escravização, às formas de resistência da população negra e às suas contribuições decisivas para a construção do país, fundamentalmente a partir da categoria trabalho. Ele denuncia o modo como a historiografia tradicional – particularmente a oficial, branca e elitista – apagou, silenciou ou distorceu a participação de negros, indígenas e outros grupos não brancos, apresentando, em contrapartida, uma interpretação pioneira e radical do Brasil negro, que enfatiza sua potência histórica e política. Essas formulações, além de afirmarem uma dimensão de agência, promovem uma virada analítica que desloca sujeitos historicamente objetificados para a condição de produtores do próprio discurso e da própria interpretação do país. Ao fazê-lo, confrontam a epistemologia dominante e reconfiguram um quadro historicamente marcado pelo epistemicídio, pelos silenciamentos e pelas ausências, abrindo novas problematizações e possibilidades interpretativas sobre a formação social brasileira em diálogo com perspectivas do internacionalismo anticolonial.

Clóvis Moura nos adverte sobre a hierarquização racial na sociedade brasileira e como isso se relaciona com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre (Moura, 2023). Fala, em *História do negro brasileiro* (2023), sobre o bloqueio, a fronteira propriamente racial, que exclui os trabalhadores negros recém-libertos e define os rumos da nação. Essa marginalização dos negros no Brasil não é uma consequência casual da história, mas um produto direto da estrutura econômica e social do país, que se manteve desde a colônia até os dias atuais – com o racismo como um mecanismo de controle social e de manutenção da exploração de classe.

Há, por um lado, a exclusão desses trabalhadores pelo Estado e, por outro, este mesmo Estado se volta para outros grupos, incentivando o branqueamento e a imigração. Esse é um momento chave da história da sociedade brasileira e do mundo do trabalho. A condição dos negros deve ser analisada na interseção entre raça e classe, pois a exploração econômica sempre esteve associada à racialização da força de trabalho. Para Moura, o trabalho negro no Brasil começou sob a forma de trabalho compulsório escravizado – e esse modelo fundou as bases do capitalismo brasileiro: "o negro escravizado foi o principal produtor de riquezas durante os três primeiros séculos da história

do país" (Moura, 2023, p. 51). O Brasil se inseriu no sistema-mundo como exportador de produtos primários (açúcar, ouro, café), e isso exigiu mão de obra barata e não branca. Nesse movimento, Moura critica a noção de que a abolição teria levado à "libertação" do trabalhador negro. Para ele, houve uma reorganização da exploração. A abolição de 1888 não foi acompanhada de políticas de inclusão (como reforma agrária, acesso à educação ou crédito), tampouco o trabalhador negro foi incorporado de fato ao mercado de trabalho formal ou industrializado.

A opressão racial não é um mero resquício de uma sociedade escravista superada pelo capitalismo e sim um elemento que constitui o próprio modo de produção capitalista. Sendo assim, um desenvolvimento das forças produtivas sob essas relações não traria a superação do racismo e sim a construção de um processo que retroalimenta essa opressão. Além disso, a República adotou políticas de branqueamento da força de trabalho, favorecendo a imigração europeia e marginalizando os negros. A chamada "liberdade do trabalho" foi, para os negros, apenas a "liberdade para a fome e o subemprego". A estrutura do mundo do trabalho no Brasil – desde o período colonial até a modernidade – tem sido usada para manter a população negra em posições subordinadas. Moura argumenta que a hierarquização do trabalho é também uma hierarquização racial, em que o branco é o trabalhador valorizado, técnico, qualificado, enquanto o negro é associado ao trabalho braçal, perigoso, subalterno. Essa divisão racial do trabalho reforça o racismo estrutural, ou seja, a forma como o racismo se expressa ideologicamente, em termos jurídicos, políticos e, também, na economia.

Outra obra fundamental para a abordagem mouriana sobre o mundo do trabalho é *Sociologia do Negro Brasileiro* (2020), livro lançado no centenário da abolição, em que o autor explica como o racismo estrutura o mercado de trabalho, a política e as instituições. Moura enfatiza que mais de 300 anos de trabalho forçado de africanos e seus descendentes foram tratados não como trabalho, mas como "parte do passado escravocrata", desvinculado da história do capitalismo e da formação da classe trabalhadora brasileira. A escravidão, para Moura, foi a forma original de inserção do negro no mercado de trabalho – uma inserção forçada e brutal, mas ainda assim central.

Após a abolição, não houve mudanças significativas, pois o racismo continuou a operar no Brasil e, mais ainda, foi essencial para subordinar a população negra ao trabalho forçado, precário ou informal, mesmo após

a abolição. O entendimento de que há uma divisão racial do trabalho que organizou o mercado é fundamental em sua obra. Além das posições subalternas, essa operacionalização racial também naturaliza a desigualdade, impedindo a solidariedade entre os trabalhadores. Assim, o racismo serve, entre outros objetivos, para fragmentar a classe trabalhadora e manter a superexploração do negro.

No caso da realidade étnico-racial como formativa da sociedade brasileira, uma sociedade pós-escravista que continua a racializar parcela significativa da população, há o que Moura chama de "barragens de peneiramento", barreiras estruturais à população negra: diante de nossa "falsa abolição", o não acesso à terra, à educação e ao emprego continuaram operando no capitalismo dependente brasileiro (Moura, 2020). Esse conceito se refere aos mecanismos sociais, econômicos, políticos e ideológicos que impedem a ascensão dos negros na estrutura de classes brasileira. Argumenta que a abolição da escravidão foi incompleta e excludente, e que em sua sequência, impuseram-se essas "barragens" como parte da lógica de reprodução do racismo estrutural no Brasil pós-escravidão. O autor aborda a "herança da escravidão", não como única explicação para a persistência do racismo e das desigualdades raciais, mas sim como elemento dinâmico que atualiza os mecanismos de barragem à ascensão social do negro na sociedade de classes. E, na esteira dessa reflexão, destaca o mundo do trabalho, a partir da leitura da dependência, apresentada anteriormente. Sofisticando as contribuições da tradição marxista da teoria da dependência, Moura confere importância decisiva à racialidade como vínculo indissociável da imperialidade. Na realidade do trabalho livre e da igualdade jurídico-política, a contradição estabelecida entre as relações étnico-raciais foi necessariamente a saída para o rebaixamento salarial dos trabalhadores. De acordo com Moura, havia necessidade da existência de uma grande "franja marginal" capaz de forçar para baixo os salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho (Moura, 2020, p. 94). Trata-se de uma conceituação que descreve a posição ocupada historicamente pelos negros, gerando o que o autor entende como uma contradição suplementar.

É uma espécie de zona social em que o negro está integrado economicamente, mas sem acesso aos direitos plenos, ao passo que vive à margem do sistema formal, em ocupações precárias, informais

ou subalternizadas, sendo funcional ao capital – uma mão de obra barata, flexível, descartável. Moura mostra que essa inserção marginal e subordinada não é acidental, mas uma estratégia do capitalismo dependente racializado. Esta situação conforma a precarização das condições de trabalho do negro já nesse período, quando é exposto à situação de desemprego, subemprego e ociosidade permanente, compondo a superpopulação relativa. No debate da dependência, não há como não destacar a superexploração, que tem implicações diretas e indiretas que afetam a remuneração dos trabalhadores, levando ao desemprego estrutural e à restrição da participação da classe trabalhadora no processo de circulação do capital, inclusive como consumidores.

As formas de superexploração, seja pelo pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, pelo prolongamento da jornada de trabalho ou pelo aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais, encontram-se de forma potencializada pela dinâmica da opressão racial. No mundo contemporâneo, podemos acrescentar outros elementos, como transferências desiguais de valor, seja com os serviços da dívida pública, *royalties*, patentes, persistência do latifúndio, entre outros. Em termos de barragens relacionadas à questão racial, ainda podemos acrescentar, além da ausência do direito à educação e da precarização da educação, a impossibilidade de acesso ao patrimônio, à propriedade, à terra, ao direito à herança. Para Moura, não há verdadeira emancipação da classe trabalhadora no Brasil sem a libertação dos trabalhadores negros de suas condições históricas de opressão. É claro que o processo de acumulação tem desdobramentos sobre as classes sociais e, em especial, para a classe trabalhadora; desdobramentos que, na sociedade capitalista, se expressam como disparidades econômicas, políticas e culturais entre as classes sociais, mediadas por relações generificadas e racializadas.

Com essa reflexão, o autor insere o negro na luta de classes, rompendo com a narrativa liberal e paternalista. Por isso, o tema da rebeldia, da revolta e da organização coletiva da população negra se faz tão importante. Ele argumenta que quilombos, fugas, revoltas e insurreições de escravizados foram formas de luta por outra organização do trabalho, por autonomia e liberdade. Resistências que não são reconhecidas como formas de luta de classe, porque o trabalhador negro é historicamente excluído da narrativa do "trabalhador brasileiro". Para Moura, escrever a verdadeira história do trabalho no Brasil exige incluir o negro como protagonista da resistência ao trabalho escravo e à superexploração no pós-abolição.

Defendemos que Clóvis Moura não apenas amplia o escopo analítico do marxismo no Brasil, mas realiza um deslocamento teórico fundamental ao situar a escravidão e o racismo no centro da dinâmica de acumulação capitalista e da luta de classes. Nesse sentido, sua obra antecipa debates contemporâneos acerca da articulação entre capitalismo e racismo, posteriormente formulados sob a noção de capitalismo racial, ao mesmo tempo que se vincula a uma tradição de internacionalismo negro articulada às lutas anticoloniais e aos processos de libertação nacional.

Marxismo e lutas negras no século XX

Para situarmos melhor a extensão da obra de Clóvis Moura e sua inserção no internacionalismo negro, atentamos para o fato de que a atenção do movimento comunista internacional se volta decisivamente para a periferia do sistema capitalista a partir da Revolução Russa. A justificativa centrava-se na existência de uma dialética entre o nacional e o internacional – ou seja, lutas nacionais podem servir à luta internacional contra um sistema imperialista que constrói uma divisão entre nações oprimidas e opressoras (Lenin, 2012). Tais formulações sobre imperialismo e nacionalismo modificaram de forma cabal as dinâmicas da resistência anticolonial ao redor do mundo. Lutas anticoloniais podiam agora ser articuladas dentro de um arcabouço mais amplo e, além disso, contar com o apoio organizacional, material e militar de uma emergente potência mundial (Lenin, 1975; Young, 2016).

Tal dinâmica política teve um impacto saliente na compreensão analítica dos fenômenos. Um dos pontos mais importantes para os movimentos de libertação nacional nas colônias e na periferia do capitalismo era a adaptação da teoria marxista ao contexto local, num processo de reformulação, "tradução" e transformação do marxismo de acordo com seus objetivos e necessidades. Ao longo do século XX, o Terceiro Mundo foi, então, lócus de grande criatividade e fonte de revitalização da teoria de Marx (Kelley, 2002).

Parte da originalidade dos autores do chamado Terceiro Mundo pode ser atribuída aos circuitos intelectuais que se constituíram entre África, Américas e Europa e que estimulavam a reflexão por meio de trocas de conhecimento e informação sobre distintos contextos, lutas e desafios. Desde a Universidade Comunista dos Trabalhadores do Oriente (KUTV), em

Moscou, vinculada à Internacional Comunista, até os grupos de expatriados formados autonomamente nas metrópoles europeias e, mais tarde, os centros de treinamento e formação política criados em Cuba após a Revolução e outras iniciativas, militantes tiveram contato, em maior ou menor medida, com publicações semelhantes e compartilharam uma infraestrutura organizacional e política que facilitava a circulação de ideias e estratégias. Igualmente importante foi a fertilização cruzada com tradições como o Pan-Africanismo, que conectou intelectuais e militantes da África e da diáspora em torno de debates comuns sobre colonialismo, raça e emancipação e tensionou pontos da teoria marxista e da política stalinista (Young, 2016).

Clóvis Moura não estava isolado de tais círculos. Embora sua trajetória intelectual tenha se desenvolvido principalmente no Brasil, sua obra se insere em um campo mais amplo de produção teórico-acadêmica marcado por diálogos transnacionais entre marxismo e lutas negras. Como sugere sua leitura da América Latina como espaço marcado por experiências convergentes de escravidão, colonialismo e dependência, Moura procurou situar a luta negra brasileira dentro de um horizonte latino-americano e terceiro-mundista mais amplo, no qual as formas locais de dominação racial se articulavam às estruturas globais do capitalismo e do imperialismo. Esse horizonte não era apenas teórico. Ao longo de sua trajetória, Moura manteve interlocução com redes intelectuais e políticas ligadas ao marxismo latino-americano e ao pensamento negro da diáspora. Militante do Partido Comunista Brasileiro ao longo de parte significativa de sua vida, também participou de circuitos que conectavam intelectuais brasileiros a experiências revolucionárias e anticoloniais em outras regiões do mundo. Em viagens e encontros realizados sobretudo a partir das décadas de 1960 e 1970, teve contato com espaços políticos e culturais vinculados ao campo socialista e às redes de solidariedade do Terceiro Mundo, incluindo visitas a Cuba e ao Senegal.

Outro autor profundamente imerso nas redes intelectuais e políticas ligadas ao marxismo terceiro-mundista e ao pensamento negro da diáspora era Walter Rodney, cuja obra guarda muitas semelhanças com a obra de Moura e permite visualizar a dimensão global das questões consideradas pelo mesmo – por exemplo, como o desenvolvimento capitalista esteve historicamente vinculado à integração subordinada das populações não brancas no sistema internacional.

A recuperação do internacionalismo negro em análises contemporâneas sobre a obra de Moura projeta uma compreensão do capitalismo racial como estrutura global de exploração e hierarquização, constituindo uma inflexão teórica fundamental para o campo. Ao inscrever as lutas negras – da quilombagem às mobilizações anticoloniais – como forças motoras de transformação social, tanto Moura quanto Rodney promovem uma releitura da tradição marxista. Essa articulação entre anticolonialismo e protagonismo negro oferece uma perspectiva internacionalizada da modernidade capitalista, integrando novas agendas críticas que ampliam a capacidade de auto-observação da sociedade brasileira diante de seus dilemas históricos e contemporâneos.

Walter Rodney: uma releitura do marxismo no contexto das lutas de libertação na África e no Caribe

Walter Rodney é associado a vários circuitos intelectuais e políticos: Pan-Africanismo, Black Power, educação anticolonial e teoria da dependência e do sistema-mundo. Sua própria biografia reflete muitos caminhos da diáspora: Caribe, América do Norte, Europa e, claro, a própria África.

Walter Rodney nasceu em Georgetown, Guiana, em 1942, em uma família de classe trabalhadora, bastante envolvida na luta pela independência do domínio britânico. Estudou história na Universidade das Índias Ocidentais, na Jamaica, e obteve seu doutorado em História Africana pela Universidade de Londres, aos 24 anos. Em 1968, no auge do Movimento Black Power nos Estados Unidos, Rodney participou do Congresso de Escritores Negros no Canadá, que reuniu vários intelectuais negros proeminentes à época, incluindo James Forman e Stokely Carmichael, figuras importantes do Movimento dos Direitos Civis e da transição para o Black Power. Posteriormente, o governo jamaicano proibiu Rodney de retornar ao seu novo cargo de professor na Universidade das Índias Ocidentais, citando como justificativa sua participação na conferência, bem como suas viagens a Cuba e à União Soviética, que ele havia realizado quando estudante. A decisão provocou protestos generalizados na universidade, nas comunidades vizinhas ao campus e na capital, Kingston – os protestos foram chamados de *Rodney Riots*. A decisão também o levou de volta à Tanzânia, onde havia lecionado em 1967, mas agora como *senior lecturer*, cargo que exerceria de

1969 a 1974. Rodney deixou a Universidade de Dar es Salaam para retornar à Guiana, mesmo com o governo proibindo sua posse como professor na Universidade da Guiana. Na terra natal, ele fortaleceu a oposição ao governo do *People's National Congress*, partido com raízes nas lutas pela independência da Guiana. Em junho de 1980, aos 38 anos, Rodney foi morto em um atentado orquestrado pelo então presidente Forbes Burnham.

Quando chegou à Universidade de Dar es Salaam, Rodney já era conhecido por sua crítica afiada ao colonialismo e seu profundo envolvimento com as lutas negras ao redor do mundo. No entanto, o clima político da Tanzânia foi fundamental para que Rodney avançasse suas análises – no final dos anos 1960 e no início dos anos 1970, o país era a base de vários movimentos anticoloniais no exílio, um centro de encontro de intelectuais radicais de várias localidades, o líder de uma coalizão de países recém-independentes para maior voz em órgãos internacionais como a ONU e proponente de novos modelos econômicos para o continente. Rodney reforçou a convicção de que a retomada da história do ponto de vista dos colonizados era condição *sine qua non* para o enfrentamento de todos os desafios que a África independente enfrentava.

Em uma série de artigos, palestras e, sobretudo, em sua obra principal, *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Rodney revisa 500 anos de história, do século XV até meados do século XX, para combater a historiografia ocidental que postula que os países europeus são mais desenvolvidos porque seus povos são inerentemente superiores e que a responsabilidade pelo "atraso" econômico da África está em sua composição racial. Rodney explica que tal "argumento" foi tão naturalizado que se repete continuamente, às vezes de modo velado e sofisticado – a ponto de ser reproduzido, mesmo parcialmente, até mesmo por povos da África e de outras partes do mundo colonizado (Rodney, 2022).

No entanto, quando colocamos os mitos de lado e realmente olhamos para o registro histórico desses 500 anos, vemos Europa e África em um nível comparável no século XV. Ambos os continentes possuíam sistemas políticos complexos, culturas vibrantes, tecnologias sofisticadas adaptadas aos seus ambientes e a capacidade de alimentar e vestir suas populações. As diferenças existentes – por exemplo, os avanços da Europa na navegação de longa distância e sua crescente consciência das rotas comerciais em diferentes regiões do globo – proporcionaram aos europeus certas vantagens

em mobilidade e informação. E essas vantagens tornaram-se decisivas na emergência das desigualdades. A Europa pôde atrair a África para sua órbita – não como mero parceiro de trocas, mas como sua periferia. Isso aconteceu por meio da extração sistemática de seres humanos, através do comércio transatlântico de escravizados, e de recursos materiais, como ouro, marfim, cobre, óleo de palma, borracha etc.

Os recursos materiais e os lucros do trabalho escravo foram investidos nas revoluções industriais e agrícolas da Europa, proporcionando inovações tecnológicas e novas indústrias, expandindo mercados, construindo cidades e financiando a ascensão de economias capitalistas fortes e maduras. Em outras palavras, a exploração da África (e de outras regiões colonizadas) não foi um detalhe para o desenvolvimento da Europa – ela foi, na verdade, sua peça central. E, simultaneamente, as consequências para a África foram devastadoras: perda populacional, desmantelamento e desorganização de indústrias e de redes comerciais indígenas e instabilidade política. Tais efeitos colaterais não são fortuitos, pois, conforme explica Rodney, uma vez que um povo é privado de recursos humanos e materiais por um longo período, há um efeito cumulativo. Fraquezas estruturais se instauram e gerações de perdas e desvantagens não podem ser facilmente revertidas.

Com isso, Rodney elucida uma dialética entre desenvolvimento e subdesenvolvimento inerente ao funcionamento do sistema capitalista. O capitalismo não pode se expandir sem subordinar certos locais do globo. O sistema mundial capitalista se consolidou porque a África manteve um papel subordinado – e ele se mantém através da perpetuação de áreas em posição de dependência. De fato, Rodney insiste que as dinâmicas diagnosticadas no início do vínculo entre Europa e África não desapareceram com a abolição da escravidão ou mesmo com o fim do colonialismo. As estruturas de extração e controle construídas durante o domínio pré-colonial (entre os séculos XV e XIX) e colonial (séculos XIX e XX) foram, na verdade, reconfiguradas, garantindo que as economias africanas permanecessem subordinadas às necessidades e demandas das potências do capitalismo global. Logo, a ideia de que todos os países podem alcançar níveis semelhantes de desenvolvimento sob o capitalismo é uma falácia.

Dentro da dialética referida, Rodney destaca a escravidão como motor do capitalismo e como fator de subdesenvolvimento. A escravidão,

enquanto instituição, e o tráfico de escravizados que a sustenta são fundamentais para o ciclo virtuoso que se instaura na Europa e o ciclo vicioso que se estabelece na África e, em menor medida, nas Américas. Rodney salienta de forma concreta a relação entre o tráfico de escravizados e a apropriação de todos os recursos materiais que a Europa efetua tanto na África quanto nas Américas. Aquele foi catalisador da expansão do setor de seguros, do setor financeiro, da navegação marítima e das cidades costeiras e portos vista na Europa, enquanto, na África, a existência da escravidão significou perda da população e, "em termos marxistas, a remoção de seres humanos constituiu a remoção da mais importante das forças produtivas" (Rodney, 2025, p. 134).

Enquanto os países europeus cultivavam centros comerciais e industriais, a África como um todo perdia a capacidade criativa e reprodutiva relacionada ao próprio trabalho, de modo que o contingente que permaneceu no continente foi forçado a estabelecer uma relação destrutiva com o próprio meio – saques, sequestros, guerras e outras atividades voltadas ao abastecimento do tráfico transatlântico. Nas Américas, por sua vez, a escravidão impediu a formação de centros dinâmicos de acumulação, na ausência de fomento à tecnologia e de demandas e mercados internos, bem como barrou a formação de instituições autônomas. Em seu lugar, vemos a formação de instituições fracas do ponto de vista legal e fortes do ponto de vista repressivo, alinhadas com a dominação necessariamente brutal de um pequeno número de proprietários, um largo número de trabalhadores e um fraco setor intermediário (Rodney, 2025).

Em suma, a escravidão e o tráfico de escravizados minaram a coerência interna de sociedades não europeias, sendo chaves para a divisão do mundo entre centro, periferia e periferia da periferia. Para Rodney, portanto, a discussão não é sobre se a escravidão é capitalista ou não capitalista, um debate comum entre seus contemporâneos:

> É evidente que a escravidão impediu a mercantilização da força de trabalho; no entanto, a estrutura hierárquica interna na *plantation* escravista era significantemente influenciada pelas formas capitalistas na Europa. Em todos os momentos, a escravidão manteve-se dependente dos mercados, das infraestruturas financeiras e tecnologia dos centros capitalistas mundiais (Rodney, 2025, p. 139).

Tal conclusão também permite que Rodney reavalie a discussão sobre o racismo. Embora reconheça a existência de formas anteriores de preconceito, ele rejeita a ideia de um "ódio atemporal" e propõe compreender anti-negritude (*anti-Blackness*) como uma construção histórica específica do capitalismo. Em outras palavras, a desumanização dos povos africanos não precede o sistema moderno – ela emerge das necessidades materiais de sua formação. À medida que o trabalho africano se tornou central para a acumulação capitalista global, tornou-se igualmente necessário produzir uma ideologia capaz de legitimar captura, escravização e exploração em larga escala. O racismo, portanto, não é causa originária da dominação, mas sua racionalização histórica – um aparato ideológico que acompanha a ordem econômica que o gerou e, posteriormente, adquire relativa autonomia, persistindo mesmo quando as formas diretas de exploração se transformam.

Moura e Rodney em perspectiva comparada

Conforme salientado nas seções anteriores, o coração das obras de Clóvis Moura e Walter Rodney é a análise de formações econômico-sociais periféricas – enquanto o primeiro foca majoritariamente no Brasil, o segundo considera mais detidamente o continente africano como um todo. Tanto Moura quanto Rodney caracterizam em detalhe a condição de subdesenvolvimento da periferia. A persistência da monocultura e de formas rudimentares de produção agrícola, a presença do latifúndio como unidade de cultivo e a superexploração da força de trabalho são traços comuns entre distintas localidades. Ambos escreviam em um contexto no qual teorias da modernização propagavam que sociedades poderiam atingir maiores níveis de prosperidade com a adoção de práticas e atitudes tidas como modernas, na medida em que o desenvolvimento ocorreria em unidades sociais independentemente das relações entre si ou do sistema econômico como um todo. Contrariamente a tais proposições, o grande argumento de Moura e Rodney é que o subdesenvolvimento não é um problema endógeno nem corrigível dentro dos parâmetros capitalistas. Tanto um quanto o outro recorrem à história para revelar as raízes do subdesenvolvimento e o papel fundamental do colonialismo na deformação das formações econômico-

sociais periféricas. Embora pouco salientado no caso de Rodney, é preciso lembrar que ambos os autores são latino-americanos[1] e que suas reflexões sobre este continente consolidam uma compreensão do capitalismo como um sistema global e inevitavelmente hierarquizado.

Considerando o papel fundamental do colonialismo no desenho das formações econômico-sociais periféricas, tanto Moura quanto Rodney situam a escravidão no centro do debate sobre o capitalismo. Neste ponto, vemos que cada autor enfatiza um aspecto da instituição. Conforme consideramos, Rodney destaca o quanto a escravidão ensejou um ciclo virtuoso na Europa, de crescente acumulação, e um ciclo vicioso na África, de progressiva destruição. Moura, por sua vez, resgata os trabalhadores escravizados e sua agência, destacando sua contribuição social e histórica bem como suas formas de resistência. Tais análises são complementares e evidenciam que a luta de classes deve ser considerada sob a perspectiva racial.

Os autores aqui considerados ensinam que raça é um conceito político, na medida em que é uma construção histórica ligada à exploração. Rodney preocupa-se em revelar a necessidade da própria emergência do racismo – o que condiz com seu projeto histórico de longo alcance. Moura, por sua vez, concentra-se em evidenciar as maneiras como dinâmicas raciais moldam dinâmicas de acumulação, particularmente no Brasil. No entanto, ambos convergem ao recolocar o protagonismo das massas negras no centro da história do capitalismo periférico. Em suas análises, raça e classe não aparecem como dimensões paralelas ou externas entre si, mas como processos historicamente articulados que organizam simultaneamente a exploração econômica e a dominação social e política.

Ao evidenciar que a expansão capitalista dependeu da racialização do trabalho e da ação contínua – e muitas vezes insurgente – das populações subalternizadas, Moura e Rodney oferecem uma chave interpretativa na qual desenvolvimento do capitalismo, anti-negritude e as lutas dos setores oprimidos devem ser compreendidos como fenômenos inseparáveis. Tanto a obra de Moura quanto aquela de Rodney oferecem elementos fundamentais

[1] Embora a Guiana de Rodney tenha sido colonizada pelo império britânico, nós o enxergamos como latino-americano, na medida em que localizamos a unidade dos diferentes países que formam tal região do globo para além da língua ou outros aspectos culturais. O que caracteriza fundamentalmente a América Latina é a experiência histórica comum de *escravidão* (indígena e/ou negra) e *agricultura de larga escala*, compartilhada por países como Brasil, Guiana, Haiti, Cuba e outros mais. Conforme ensina C.L.R. James (X), tal experiência histórica gerou dinâmicas econômicas, políticas e sociais semelhantes, que abrem caminho para uma identidade comum.

para uma discussão sobre capitalismo racial – conceito que rejeita a ideia de que o racismo é uma externalidade ou uma aberração em relação ao funcionamento "real" do capitalismo. Os dois autores aqui considerados não podem ser simplesmente tomados como expoentes de uma crítica a partir da margem. Moura e Rodney são exemplos de uma tradição transnacional radical que eleva raça ao patamar de princípio organizador fundamental do sistema mundial.

A releitura marxista de Moura, no entanto, avança ainda mais claramente uma discussão epistemológica ao trazer à tona a crítica não só aos vieses da perspectiva ocidental, como o faz Rodney, mas também ao epistemicídio. Ou seja, em Moura, também se encontram elementos que a posicionam para um debate ainda mais amplo, com tradições como pós- e decolonialidade que são tão frequentemente tensionadas contra o marxismo. Moura é, portanto, um autor extremamente criativo, antecipando na segunda metade do século XX problemas intelectuais e políticos sobre os quais muito se fala no século XXI.

Conclusão

Este artigo objetivou analisar as contribuições de Clóvis Moura enquanto intérprete da realidade brasileira que posicionou internacionalmente o país em debates mais amplos a partir de sua inserção no internacionalismo negro e anticolonial. Buscou-se ainda identificar uma lacuna histórica persistente no Pensamento Social Brasileiro: a falta de atenção devida ao tema da raça a partir da perspectiva da agência do povo negro, evidenciando, assim, a importância de sua obra.

Moura demonstrou como a categoria "raça" atua como um princípio organizador e constitutivo da modernidade capitalista em diferentes contextos geográficos, e, apesar da ênfase na formação social brasileira, permitiu-nos uma leitura comparada com Walter Rodney, fortalecendo o pensamento descolonizador afrolatino, a teoria crítica latino-americana e a tradição negra radical. Esta tradição, ao reivindicar unidade entre teoria e prática, vincula-se efetivamente na luta contra a colonização, o imperialismo, a exploração e a violência.

Para ambos, o racismo opera como uma ideologia funcional e um "corolário ideológico" construído para legitimar a exploração sistemática.

Rodney enfatiza que o imperialismo produziu um "curso desviado" na história das sociedades colonizadas, transformando a relação dinâmica entre desenvolvimento e subdesenvolvimento em um motor de acumulação para o Ocidente. Moura, por sua vez, complementa essa visão ao situar o escravismo pleno como a base material que permitiu ao Brasil integrar-se ao mercado mundial como comprador e acumulador de capitais.

Assim, ao articular o "curso desviado" da história colonial com o atual cenário de dependência e precarização do trabalho da população não branca, o artigo reafirma a atualidade de Moura para compreender as disputas de poder e as recomposições do neoliberalismo no Brasil atual.

Referências

Kelley, Robin D. G. (2002). *Freedom dreams: The Black radical imagination*. Beacon Press.

Lenin, Vladimir Il'itch. (2012). *O imperialismo, etapa superior do capitalismo: ensaio popular* (L. Basbaum, trad.). Expressão Popular.

Lenin, Vladimir Il'itch. (1975). Communism and the East: Theses on the National and Colonial Questions. *In* R. C. Tucker (ed.), *The Lenin Anthology* (pp. 619–625). W. W. Norton.

Marx, Karl. (2003). *O capital. Crítica da Economia Política* (Livro I, vol. 1, 21. ed., R. Sant'Anna, trad.). Civilização Brasileira.

Montañez Pico, Daniel. (2024) *Marxismo Negro: pensamento descolonizador do Caribe anglófono*. Dandara.

Moura, Clóvis. (2023). *História do negro brasileiro*. Editora Dandara.

Moura, Clóvis. (2020). *A sociologia do negro brasileiro*. Perspectiva.

Moura, Clóvis. (2014). *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas* (5. ed.). Anita Garibaldi.

Rodney, Walter. (2025). *Marxismo e descolonização: ensaios a partir da revolução pan-africana* (A. Rodney *et al.*, orgs., P. Davoglio, trad.). Boitempo.

Rodney, Walter. (2022). *Como a Europa subdesenvolveu a África* (H. R. Candiani, trad.). Boitempo.

Young, Robert J. C. (2016). *Postcolonialism: An historical introduction* (2. ed.). Wiley-Blackwell.

Recebido: 9 maio 2026.
Aceito: 22 set. 2026.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0